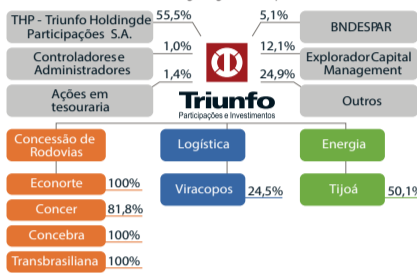




## Relatório de Administração 2019

**1. Aos acionistas:** É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, de acordo com as práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **1.1 Perspectivas:** O ano de 2019 foi marcado pela evolução de relevantes definições estratégicas para obtenção dos objetivos da Companhia. Em rodovias, por exemplo, a Concebra, nossa controlada integral, chegou ao fim do prazo de um acordo com o BNDES para repactuação do empréstimo-ponte aprovado em junho de 2014. O acordo contempla o perdão dos encargos moratórios através de um bônus de adimplimento, além da destinação de parte da receita mensal da concessionária e mudança de indexador de TJP + 2% a.a. para TLP + 2% a.a. Nas demais concessões do segmento – Econorte, Concer e Transbrasiliana – destaque para o crescimento observado no tráfego de praticamente todas as operações no ano, resultado da recuperação após a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. A exceção foi a Econorte, que teve o seu fluxo regularizado a partir de agosto de 2019, após o fechamento da praça de pedágio de Jacareizinho em períodos intercalados do ano. Desconsiderando ainda a Concebra, encerrada em julho de 2018, o crescimento consolidado foi de 2,3%. No segmento de energia, o acordo assinado junto a uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds para a alienação de 100% da participação da Companhia nas operações da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, no interior do Estado de São Paulo, continua aguardando o cumprimento de todos os fatores previstos em contrato. O valor da transação é de R\$169,5 milhões, sujeitos a ajustes usuais, além de potencial em-op com valor a ser determinado de acordo com o atingimento de eventos. No segmento aeroportuário em fevereiro de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial de Viracopos. Dentre as condições requeridas pelos credores para aprovação, uma destas era a solicitação por parte de Viracopos para que seja utilizado o novo mecanismo de devolução amigável, com a garantia de limitação ao risco dos acionistas (stop loss). Por fim, apesar dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e outras, bem como o da Concer, encontrarem-se suspensos, após decisão judicial de dezembro, as negociações para restabelecer os efeitos da RE com os credores envolvidos estão em curso, bem como as medidas legais cabíveis estão sendo tomadas, de modo a preservar os interesses da Triunfo e de seus acionistas.

### 2. Perfil Corporativo: Estrutura societária 31/12/2019 – Organograma simplificado.



Somos uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão de rodovias, aeroporto e de geração de energia. Em comum a todos nossos negócios está a administração de serviços públicos por meio de concessões. Estamos listados desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da B3. Focamos nosso trabalho na busca por negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, desde que observado o adequado retorno financeiro aos acionistas. No segmento de concessões rodoviárias, somos responsáveis por administrar quatro concessões no sul, sudeste e centro-oeste do País, que totalizam 2.019,5 km de rodovias: Concer, Concebra, Econorte e Transbrasiliana. No segmento logístico, estamos presentes através da administração aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo. No segmento de energia, a controlada em conjunto Tijóá é responsável pela operação e manutenção de Usinas de Três Irmãos, em São Paulo.

### Consolidação das Controladas 2019

Empresa	Participação	Societade	Tipo de Consolidação
<b>Concessões Rodoviárias</b>			
Concer*	81,8%	Controlada	Consolidação de 100%
Econorte	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Transbrasiliana	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Concebra	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
<b>Geração/Comercialização/Operação e Manutenção de Energia</b>			
Tijóá	50,1%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado

\*Em janeiro e abril de 2019, a Triunfo aumentou a participação na Concer, passando de 74,9% para 79,1% e 81,8%, respectivamente.

**3. Principais destaques de 2019 - Marco:** restabelecimento do valor integral das tarifas praticadas nas operações. **Maio:** (i) encerramento dos trabalhos do Comitê Independente constituído para coordenar as providências para instauração de investigação após os Mandatos de Busca e Apreensão realizados na Companhia e algumas de suas controladas, no âmbito da Operação Integração, com resultado inconclusivo em relação à existência das supostas ilegalidades apontadas pelo Ministério Público Federal; e (ii) abertura da praça Cambiar/Andrã, na Econorte, enquanto a praça de Jacareizinho permanece fechada. **Julho:** (i) nova decisão judicial determinando redução de 25,77% nas praças de pedágio da Econorte; e (ii) reajuste anual da tarifa básica de pedágio nas praças de Jataizinho e Sertaneja, na Econorte (+7,8%). **Agosto:** (i) celebração de contrato de Compra e Venda de Ações junto a uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds, tendo por objeto a alienação de 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas companhias Juno Participações e Investimentos S.A., Tijóá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.; (ii) restabelecimento do valor integral das tarifas praticadas na Econorte; e (iii) reabertura da praça de Jacareizinho, na Econorte. **Dezembro:** (i) reforma da sentença de primeira instância que havia homologado os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio (Concer); e (ii) acordo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para repactuação das condições vigentes no empréstimo-ponte aprovado para a Concebra em junho/14.

### 4. Desempenho Operacional

Dados Operacionais 2019 – Tráfego Rodovias				
	2019	2018	Variação %	
Caixa e equivalentes de caixa	3	84	45	3,782
Caixa restrito	5	4	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	6	–	–	–
Contas a receber de clientes	5	–	–	–
Indenizações a receber – aditivos	7	–	–	–
Adiantamento a fornecedores	106	4	54	4,472
Impostos a recuperar	2,888	3,004	2,913	12,453
Contas a receber – partes relacionadas	10	15,375	22,236	950
Participações a comercializar	11	25,262	19,599	19,559
Outros créditos	2,581	9,014	23	8,284
<b>Não circulante</b>	<b>934,722</b>	<b>1,364,908</b>	<b>1,722,743</b>	<b>3,510,334</b>
Realizável a longo prazo	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	5	–	–	–
Contas a receber de clientes	6	–	–	–
Indenizações a receber – aditivos	10	205,611	417,588	655,773
Depósitos judiciais	9	15,489	11,014	18
Impostos a recuperar	–	–	–	–
Ativos de direito de uso	4,631	6,175	–	4,645
Outros créditos	225,731	434,777	655,791	408,093
Investimentos permanentes:	12	698,128	920,300	1,047,313
Em andamento	13	7,800	8,174	9,437
Imobilizado	13	4,063	1,674	10,202
Intangível	14	–	–	–
Intangível em construção	–	–	–	–
<b>Total do ativo</b>	<b>981,018</b>	<b>1,420,068</b>	<b>1,873,197</b>	<b>3,746,906</b>

\*Após o fim do contrato de concessão da Concer em 03/07/2018, as operações na rodovia foram encerradas. Portanto, os dados referentes à concessão foram desconsiderados na análise para melhor comparabilidade.

## Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>46,296</b>	<b>55,160</b>	<b>236,572</b>	<b>282,321</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	84	45	101,673	119,563
Caixa restrito	5	–	–	4,901	3,983
Aplicações financeiras vinculadas	6	–	–	8,394	26,084
Contas a receber de clientes	5	–	–	50,969	46,014
Indenizações a receber – aditivos	7	–	–	20,164	20,164
Adiantamento a fornecedores	106	4	54	4,472	2,303
Impostos a recuperar	2,888	3,004	2,913	12,453	14,377
Contas a receber – partes relacionadas	10	15,375	22,236	950	17,184
Participações a comercializar	11	25,262	19,599	19,559	19,559
Outros créditos	2,581	9,014	23	8,284	15,169
<b>Não circulante</b>		<b>934,722</b>	<b>1,364,908</b>	<b>1,722,743</b>	<b>3,700,172</b>
Realizável a longo prazo	–	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	5	–	–	740	35
Contas a receber de clientes	6	–	–	312,816	210,957
Indenizações a receber – aditivos	10	205,611	417,588	655,773	4,859
Depósitos judiciais	9	15,489	11,014	18	27,763
Impostos a recuperar	–	–	–	–	1,488
Ativos de direito de uso	4,631	6,175	–	4,645	7,437
Outros créditos	225,731	434,777	655,791	408,093	248,328
Investimentos permanentes:	12	698,128	920,300	1,047,313	–
Em andamento	13	7,800	8,174	9,437	178,994
Imobilizado	13	4,063	1,674	10,202	2,316,211
Intangível	14	–	–	–	363,921
Intangível em construção	–	–	–	–	963,989
<b>Total do ativo</b>		<b>981,018</b>	<b>1,420,068</b>	<b>1,873,197</b>	<b>3,746,906</b>

## Demonstrações de Resultados

Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	22	–	–	991,701	1,195,768
Custos dos serviços prestados	–	–	–	(197,175)	(199,853)
Operação, manutenção e conservação de rodovias	–	–	–	(45,023)	(36,998)
Custo de manutenção – IAS 37	–	–	–	(96,254)	(176,182)
Custo com pessoal	–	–	–	(104,101)	(114,657)
Custo de construção	–	–	–	(1,085)	(1,088)
Depreciação do imobilizado (custo)	–	–	–	(347,721)	(232,870)
Amortização do intangível (custo)	–	–	–	(40,877)	(39,056)
Amortização do intangível (mais valia)	–	–	–	–	(41,204)
Remuneração do poder concedente	–	–	–	–	(874,561)
Lucro bruto	–	–	–	117,140	353,860
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(17,858)	(23,190)	(85,618)	(98,591)	
Remuneração dos administradores	(7,625)	(11,829)	(19,214)	(28,702)	
Despesas com pessoal	(5,569)	(10,973)	(41,135)	(55,249)	
Depreciação do imobilizado (custo)	(610)	(1,709)	(6,560)	(2,181)	
Amortização do intangível (custo)	(121)	(37)	(9,136)	(5,283)	
Amortização de ativo sobre investimentos	(232)	(2,586)	(792)	(3,123)	
Resultado de equivalência patrimonial	12	(190,665)	(314,155)	–	
Outras receitas operacionais	8,617	22,259	2,024	13,799	
Provisão para perda (ganho) do valor recuperável de ativos	–	(6,779)	14,718	(192,763)	
Outras despesas operacionais	(2,240)	(2,611)	(2,323)	(3,058)	
<b>Lucro líquido</b>					
Resultado operacional antes do resultado financeiro	–	–	–	–	
Resultado financeiro	–	–	–	–	
Receitas financeiras	24	16,145	27,035	14,712	
Despesas financeiras	24	(18,944)	(22,353)	(32,230)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	–	–	–	–	
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–	
Correntes	8	–	–	–	
Diferidas	8	–	–	–	
Prejuízo líquido das operações em continuidade	–	–	–	–	
Operações descontinuadas	–	–	–	–	
Lucro de operações descontinuadas	11	30,039	17,226	30,039	
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	
Atribuído aos:					
Acionistas controladores	–	–	–	–	
Acionistas não controladores	–	–	–	–	
Quantidade de ações (lote de mil)	–	–	–	–	
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais)	–	–	–	–	
Prejuízo – básico e diluído das operações continuadas	–	–	–	–	
Prejuízo – básico e diluído das operações descontinuadas	–	–	–	–	

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)	Reserva de Lucros		Reserva especial de dividendos não pagos		Resultados abrangentes		Lucro (prejuízo) acumulados	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladas	Patrimônio líquido consolidado
	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Total de resultados abrangentes				
842,979	(10,894)	13,188	32,224	256,166	288,390	85,014	85,014	1,218,677	1,344,147
Realização da reserva de reavaliação reflexa	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste de reserva de reavaliação reflexa	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Perda/Baixa por Impairment da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Plano de opção de ações	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ganho no aumento de participação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações:									
Absorção de prejuízos	–	–	–	(32,224)	(256,166)	(288,390)	(33,765)	–	–
Outras transações de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>842,979</b>	<b>(10,894)</b>	<b>20,772</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>83,946</b>	<b>977,909</b>
Realização da reserva de reavaliação reflexa	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Perda/Baixa por Impairment da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Plano de opção de participação	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações:									
Outras transações de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>842,979</b>	<b>(10,894)</b>	<b>40,447</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>893,963</b>	<b>1,344,147</b>

No período, o total de veículos equivalentes pagantes atingiu 143,1 milhões, 2,3% acima do observado em 2018, reflexo da greve geral dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, além dos efeitos de incentivos para redução das evasões. Ao desconsiderar a Econorte, devido aos desdobramentos judiciais ao longo de 2019, o crescimento teria sido de 3,9%.

### 5. Desempenho Econômico-Financeiro

	2019	2018	Variação %
<b>Operações Operacionais Brutas (ROB)</b>	<b>1,076,607</b>	<b>1,291,390</b>	<b>-16,7%</b>
Receita Operacional Bruta	967,627	1,101,180	-12,1%
Arrecadação de Pedágio	96,726	178,641	-45,8%
Construção de Ativos	96,726	115,959	-3,1%
Outras Receitas	11,584	11,959	-12,2%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(84,306)</b>	<b>(96,012)</b>	<b>-11,7%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (ROL)</b>	<b>991,701</b>	<b>1,195,768</b>	<b>3,9%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(874,561)</b>	<b>(841,908)</b>	<b>-3,9%</b>
Operação e Manutenção das Rodovias	(197,175)	(199,853)	-1,3%
Custo de Manutenção – IAS 37	(45,023)	(36,998)	21,7%
Custo de Construção	(96,254)	(176,182)	-45,4%
Custo com Pessoal	(104,101)	(114,657)	-9,2%
Depreciação e Amortização	(389,683)	(273,014)	-42,7%
Obrigações da Concessão	(42,325)	(41,204)	2,7%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>117,140</b>	<b>353,860</b>	<b>-66,9%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(161,844)</b>	<b>(144,832)</b>	<b>-13,2%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(85,618)	(98,591)	-13,2%
Remuneração dos Administradores	(19,214)	(28,702)	-33,1%
Despesas com Pessoal	(41,135)	(55,249)	-25,5%
Depreciação e Amortização	(16,584)	(10,683)	55,2%
Outras Receitas (Despesas			







## ... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2019	2018 (reapresentado)
Receita de construção	43.277	26.074
Custo de construção	(43.277)	(26.074)

c) **Concebra:** A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anúncio da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia-GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

	Valor
2020	1.006.546
2021	406.434
2022 até 2044	5.416.198
	<b>6.829.178</b>

Os valores mencionados acima, estão de acordo com o PER original, no entanto a controlada apresentou proposta de revisão quinquenal do contrato de concessão, para adequar as obrigações contratuais à atual realidade. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2019	2018 (reapresentado)
Receita de construção	21.198	97.029
Custo de construção	(20.656)	(94.570)
	<b>542</b>	<b>2.459</b>

d) **Transbrasiliana:** De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

	Valor
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023	14.849
2024	9.409
2025 até 2028	158.581
	<b>261.923</b>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2019	2018 (reapresentado)
Receita de construção	24.288	45.189
Custo de construção	(24.288)	(45.189)

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

### 30 Eventos subsequentes

i) **Decisão Judicial – Econorte:** Em 21/01/2020 a Companhia e suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi tomaram conhecimento de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, estabelecendo nova redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças da Econorte e a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio Tibagi. Em 05/02/2020, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu parcialmente a decisão liminar acima, revertendo a redução das tarifas de pedágio, sendo reestabelecida a tarifa nas praças de pedágio a partir de 06/02/2019. Em 02/03/2020, foi publicada a decisão do juízo de primeira instância, que suspendeu a vedação da distribuição de lucros e dividendos pela Companhia, Econorte e Rio

Tibagi. Vide nota explicativa nº 1, item i). ii) **Planos de Recuperação Extrajudicial (PERs):** Em 22/01/2020 foi publicado o acordo com os votos dos julgadores do recurso e, a partir de 23/01/2020 os PERs da Companhia e outras, bem como da Concer, encontram-se suspensos, com os créditos abrangidos retornando às condições precedentes. Adicionalmente, os credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20/03/2018 deverão depositar judicialmente os valores recebidos. Vide nota explicativa nº 15. iii) **Processo de Caducidade – Viracopos:** Em 23/01/2020 foi proferida decisão pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendendo o processo de caducidade e as multas administrativas impostas pela ANAC em relação à controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. Vide nota explicativa nº 1, item v). iv) **Plano de Recuperação Judicial – Viracopos:** Em 14/02/2020 foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") das controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A., Viracopos Estacionamentos S.A., que prevê, dentre outras medidas, a necessidade de requerimento de relicitação. A devolução do ativo no contexto desta relicitação ocorrerá de modo a representar um *stop loss*, implicando uma ampla quitação para a Concessionária e seus acionistas (público e privados), nos termos e condições do plano. Em 18/02/2020 o PRJ foi homologado judicialmente. A controlada em conjunto Viracopos firmou ainda um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, estabelecendo que os valores decorrentes de instrumentos financeiros concedidos à Concessionária não estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial. O acordo prevê também a liberação de recursos disponíveis nas contas garantidoras vinculadas a esses passivos, bem como a suspensão parcial de pagamentos até que ocorra a relicitação do aeroporto. Vide nota explicativa nº 1, item v). v) **Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras:** Conforme orientação da CVM de 10/03/2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de tráfego, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus. Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios do Triunfo, principalmente em suas concessionárias de rodovias e, ainda, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Triunfo não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia.

## Diretoria

**Carlo Alberto Bottarelli**  
Diretor Presidente  
**Marcos Paulo Fernandes Pereira**  
Diretor Administrativo Financeiro e RI

## Conselho da Administração

**Roberto Solheda da Costa Carvalho**  
João Villar Garcia  
**Leonardo de Almeida Aguiar**  
Ricardo Stabile Piovezan

**Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz**  
Amin Alves Murad  
**Gustavo Pinho Gato**

**Marília Falm Sandrin**  
CRC 1SP 267.030/O-2

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, da Controladora e Consolidado. Nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, tendo em conta ainda, o

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela BDO RCS – Auditores Independentes S.S., em 11 de março de 2020, com ressalva, diante da impossibilidade de obter evidências de auditoria suficientes sobre os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tendo em vista os resultados inconclusivos quanto à existência de supostas ilícitudes apontadas pelo Ministério Público Federal e as limitações apresentadas pela investigação interna, o **Conselho Fiscal**, em decorrência de não existirem condenações da Companhia e dos administradores, possíveis mensurações de valores e

conforme mencionado na nota explicativa 1.2, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 11 de março de 2020.  
Bruno Shigeyoshi Oshiro  
Vanderlei Dominguez da Rosa  
Paulo Roberto Franceschi

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.** – São Paulo-SP

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia")**, identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas – Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte ("Econorte") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Tibagi"), em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juizes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos da Companhia e de suas controladas Econorte e Rio Tibagi. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa. O Comitê Independente, em conjunto com os escritórios contratados para conduzirem as investigações internas, concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e comunicaram ao Conselho de Administração os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção da Companhia e suas controladas. Contudo, ainda se encontram em andamento as investigações conduzidas pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Companhia e das controladas Econorte e Rio Tibagi. Consequentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível, até este momento, concluir se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Companhia e suas controladas, Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. e Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e no caso das concessionárias, os investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. Conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção intitulada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Recuperação extrajudicial:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1.1, iii) e 15 às demonstrações contábeis consolidadas, em 03 de dezembro de 2019, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento aos recursos de apelação do BNDES e InfraBrasil, reformando a sentença de primeira instância de 09 de fevereiro de 2018, concedida pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, que havia homologado os Planos de Recuperação Extrajudicial (PERs). Em 22 de janeiro de 2020 foi publicado o acordo com os votos dos julgadores do recurso e, a partir de 23 de janeiro de 2020 os PERs da Companhia e da Concer, encontram-se suspensos, com os créditos abrangidos retornando às condições precedentes. Referência decisão também estabelece que os credores contemplados no Leilão Reverso realizado em 20 de março de 2018 deverão depo-

sitar judicialmente os valores recebidos. A Companhia, no entendimento de que tal decisão poderá ser reformada em instâncias superiores uma vez que não ocorreu trânsito em julgado das referidas ações, manteve em seus registros contábeis os efeitos de todas as transações decorrentes dos Planos de Recuperação Extrajudicial. **Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto:** Discussão com Administradores e assessores jurídicos da Companhia no sentido de avaliar as alternativas jurídicas possíveis em relação ao Acórdão publicado. Discussão com Administradores da Companhia voltada a identificação e validação das ações em curso no sentido de reafirmar junto aos credores envolvidos os compromissos assumidos no âmbito do PRE e leilões efeitos realizados. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", as decisões adotadas pela Companhia em relação a suspensão judicial de seu processo de Recuperação Extrajudicial foram satisfatórios. As divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Avaliação de Impairment do ativo intangível de controladas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrado, em 31 de dezembro de 2019 os ativos intangíveis de concessão de rodovias, incluindo intangível em construção no montante de R\$ 2.923.347 mil. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* dessas unidades geradoras de caixa, baseada em projeções de fluxo de caixa futuro e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança, para cada unidade geradora de caixa, quaisquer ajustes nas premissas utilizadas podem gerar efeitos significativos no resultado da avaliação e eventuais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Considerando o segmento de operação das suas investidas, em que é necessária a análise de premissas de longo prazo que suportem as projeções para o período do contrato de concessão, as quais são diretamente afetadas pelo cenário econômico e político do Brasil, bem como premissas sobre a rentabilidade futura que são complexas e envolvem alto nível de julgamento da Administração. **Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Avaliação da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível; • Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias adotadas pela Administração, atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como, as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Reconhecimento e mensuração – receita de concessão em controladas:** Conforme Nota explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita no segmento de concessão de rodovias é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de tarifas por tipos de veículos. As receitas são reconhecidas à medida que a cobrança é efetuada, sendo ela de forma manual ou automática, utilizando os sistemas de controle da Companhia e o valor do investimento registra do pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: • Entendimento dos controles internos utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da receita referente a cobranças manuais e automáticas; • Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação; • Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita; • Revisão da adequada divulgação realizada nas notas explicativas às demonstrações contábeis; • Recálculo do método de equivalência patrimonial para as controladas diretas e indiretas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

**Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individuais e consolidadas, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes e reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sob a denominação de "reapresentadas", foram originalmente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com modificação de opinião quanto a Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas e parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, datado de 08 de maio de 2019. Conforme descrito na Nota Explicativa 2.7, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas em conformidade ao disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Revisamos e concordamos com os ajustes apurados e incorporados às demonstrações ora reapresentadas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações

contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2020.

**BDO**

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2SP 013.846/O-1

**Eduardo A. de Vasconcelos**  
Contador  
CRC 1SP 166.001/O-3